



Eixo 1. Estado, capital e políticas públicas no campo

POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA

Cássia Hack

Professora Adjunta na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – PPGE/FACED/UFBA.

Bolsista Pró-Doutoral CAPES/UNIFAP. E-mail: cassia.hack@gmail.com

Sicleide Gonçalves Queiroz

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia – PPGE/FACED/UFBA. E-mail: siqueiroz@yahoo.com.br

Celi Nelza Zülke Taffarel

Professora Titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – FACED/UFBA. E-mail: taffarel@ufba.br

RESUMO:

O texto apresenta elementos acerca de uma Política Pública em sua Ação “Escola da Terra” do Programa Nacional de Educação do Campo, bem como sua experiência concreta desenvolvida na Universidade Federal da Bahia pelo coletivo do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer e a partir de sua criação em 2015 o coletivo do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo. Trata da realização de um Curso de Aperfeiçoamento com complementação de carga horária caracterizando Especialização em Pedagogia Histórico-Crítica para as Escolas do Campo aos professores que atuam em classes multisseriadas no campo no Estado da Bahia. Curso desenvolvido em três edições durante os anos de 2014 a 2017. A experiência demonstra i) a elevação da formação e a correspondente qualidade na atuação dos professores cursistas, ii) a necessidade da continuação deste trabalho, em novas versões, aperfeiçoadas, a partir da crítica, ao que já foi realizado, iii) a necessidade da ampliação de recursos e vagas para esta Ação do Programa Nacional de Educação do Campo. A defesa da permanência desta Política Pública, ainda que com ajustes necessários, implica em disputa de recursos públicos para dar continuidade nos rumos na formação humana e, em última instância, o projeto histórico para além do capital, o projeto histórico socialista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Educação no Campo; Formação de Professores, Escola da Terra, Pedagogia Histórico-Crítica.

INTRODUÇÃO

Em tempos de estado de exceção, instituído por meio do golpe à Presidenta da República no Brasil destituída do cargo a pouco mais de um ano (12 de maio de 2016), o governo golpista aprofunda uma condição de miséria com ataques ininterruptos à Classe Trabalhadora, com o desmonte da regulamentação do trabalho através da reforma trabalhista, o ataque ao sistema previdenciário, o ataque à Educação com a reforma do Ensino Médio, a aprovação da proposta de emenda constitucional - PEC do

teto - que congela por longos vinte anos os investimentos públicos nos direitos sociais, portanto, na Educação, na Saúde e outros, com ataques derivados do cerceamento dos direitos democráticos com a supressão da composição autônoma do Fórum Nacional da Educação – FNE, com o impedimento da Reforma Agrária e o aumento da violência no campo com mortes, torturas, massacres, ataques aos indígenas e quilombolas, grilagem de terra, fechamento de escolas, e outras fenestraçãoes, por exemplo, aos capitais estrangeiros quanto à venda da exploração do petróleo, do pré-sal, dos aquíferos, dos minérios e outras riquezas nacionais, neste tempo, urge tratar de pequenas possibilidades de minimizar as graves consequências desta política e qualificar a formação de professores no campo da Bahia enquanto uma ação de resistência.

A análise das condições materiais a partir das quais está imbricada a educação da Classe Trabalhadora em geral, e, em especial, a educação dos trabalhadores no campo, parte de três teses fundamentais: a) a educação é uma conquista histórica no processo de humanização, condição indispensável à existência humana; b) no modo de produção capitalista, a educação escolar é mecanismo de hegemonização da classe burguesa; c) a educação escolar não revoluciona a sociedade sozinha, mas sem ela a revolução tardará rumo ao projeto histórico de emancipação de humana, ou seja, da superação da sociedade de classes.

Aos trabalhadores do campo é colocada a necessidade histórica de luta pela garantia de sua existência no campo, diante do avanço do latifúndio e do agronegócio, a estagnação da reforma agrária, a insuficiência das políticas públicas para os trabalhadores e o aumento da violência e dos conflitos no campo, aspectos que indicam que a luta de classes se acirra e impõe desafios aos movimentos de luta social no campo no plano teórico e programático (TAFFAREL, 2013, p.46). E nessa luta destacamos o direito a uma Educação Pública e de qualidade, voltada aos interesses dos trabalhadores.

Partindo da necessidade em contribuir com a educação no campo no plano teórico e programático, instrumentalizando os professores que atuam nas escolas no campo, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Educação (FACED), por meio da Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Esporte e Lazer (LEPEL) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo (GEPEC), participam da Ação “Escola da Terra” do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) desenvolvendo o Curso de Aperfeiçoamento de 200 horas com

complementação de 160 horas caracterizando Especialização¹ em Pedagogia Histórico-Crítica para as Escolas do Campo, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Estado da Bahia e as Secretarias de Educação dos Municípios envolvidos em cada edição do curso².

O objetivo deste texto é explicitar elementos da Política Pública para Educação do Campo através da Ação “Escola da Terra” do PRONACAMPO bem como a sua experiência concreta no trabalho desenvolvido pela UFBA apontando elementos teóricos que fundamentam a proposta e em seguida o desenvolvimento da ação.

SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA TRADUZIDA NA “ESCOLA DA TERRA”

A “Escola da Terra” é uma das ações do PRONACAMPO, lançado pelo Governo Federal em 20 de março de 2012, com a publicação da Portaria nº 86 de 02 de fevereiro de 2013, que define ações específicas de apoio quanto à efetivação do direito à educação dos povos do campo e quilombola, considerando as reivindicações históricas oriundas dessas populações (BRASIL/MEC/SECADI, 2014, p.1).

O PRONACAMPO constitui-se em uma política de educação específica para o campo e, nesta perspectiva, o MEC

assume o desafio de, juntamente com os sistemas públicos de ensino e os movimentos sociais e sindicais do campo, proceder a efetivação de suas ações, na medida em que compreende a educação como um direito público subjetivo e reconhece a enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo à educação. (BRASIL/MEC/SECADI, 2014, p.1)

No sentido de dar consequências a efetivação do direito quanto à educação no campo para quem está no campo, estabelecem-se os marcos legais da “Escola da Terra” atendendo às prerrogativas expressas nos dispositivos legais conforme expresso no Manual Escola da Terra (BRASIL/MEC/SECAD, 2014, p. 2 e 3).

¹ A “Escola da Terra” PRONACAMPO prevê formação em nível de aperfeiçoamento aos professores. O coletivo que desenvolve esta ação na Bahia, a partir do trabalho socialmente útil da Universidade Pública, avança no sentido de propor a partir da UFBA uma complementação de carga horária para aprofundar os estudos dos professores envolvidos e certificando os professores de nível superior, em especialização *lato sensu*.

² A primeira versão foi em 2014-2015, a segunda em 2015-2016 e a terceira está em curso 2016-2017. Foi submetido projeto para a quarta edição da Escola da Terra na UFBA.

A “Escola da Terra” busca promover o acesso, a permanência e a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades organizados em classes multisseriadas, fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural a partir de quatro componentes: formação continuada de professores, materiais didáticos e pedagógicos, monitoramento e avaliação e, gestão, controle e mobilização social (BRASIL/MEC/SECADI, 2014, p. 3 e 4).

São objetivos da “Escola da Terra”:

- I - promover a formação continuada específica de professores para que atendam às necessidades de funcionamento das escolas do campo e das localizadas em comunidades quilombolas;
- II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas. (BRASIL/MEC/SECADI, 2014, p.4).

Estados e municípios aderem à ação e cada um tem explicitado no Manual da Escola da Terra (BRASIL/MEC/SECADI, 2014) as suas responsabilidades bem como o Governo Federal por meio da SECADI/MEC e FNDE e as Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES cadastradas na Ação.

Quanto às IPES, foram sete as escolhidas para desenvolver a “Escola da Terra”: a Universidade Federal do Amazonas - UFAM, a Universidade Federal da Bahia - UFBA, a Universidade Federal do Maranhão - UFMA, a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Universidade Federal do Pará - UFPA, a Universidade Federal do Pernambuco - UFPE e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

No quadro 01 apontamos alguns dos dados quantitativos levantados pela SECADI quanto aos estados das IPES participantes, destacando os dados referentes à Bahia.

QUADRO 01 – Dados levantados pela SECADI/MEC

Estado	Municípios	Adesões	Escolas públicas	Escolas públicas no campo	Adesão Escola da Terra	Professores identificados	Professores solicitados	Escolas prioritárias*
AM	62	49	5.300	3.988	2.608	2.903	4.121	752
BA	417	325	17.967	11.917	6.143	11.517	12.631	1.833
MA	217	182	12.547	9.472	4.706	7.870	10.430	789
MG	853	381	13.048	4.728	2.291	6.097	7.425	417
PA	143	125	10.980	8.303	5.170	11.073	9.820	318
PE	185	153	7.638	4.839	3.000	4.200	5.777	344
RS	496	335	7.615	2.570	1.206	2.932	3.260	249

* Escolas que não participaram da Escola Ativa

Fonte: SECADI/MEC 2014.

Estes dados demonstram a desproporcionalidade do alcance das políticas públicas, ao constatar que na Bahia, por exemplo, são aproximadamente treze mil

professores interessados na “Escola da Terra”, e, que até a terceira edição do curso a UFBA pôde formar menos de dois mil professores.

É preciso, portanto que recursos sejam liberados conforme a capacidade e necessidade das IPES em atender a demanda nos estados bem como a abertura para financiar elementos que até então não estão previstos no contrato da Ação.

EXPERIÊNCIA “ESCOLA DA TERRA” UFBA

A “Escola da Terra” na UFBA foi/é desenvolvida fundamentada no Materialismo Histórico Dialético enquanto teoria do conhecimento, por identificar nesta teoria a possibilidade de compreender o real concreto superando a pseudoconcreticidade (KOSIK, 1963), passando do real aparente em busca da realidade em sua essência, a partir de um processo histórico em suas múltiplas condições e relações.

Partimos do entendimento de que a “educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana” (SAVIANI, 2008, p.11). Deste modo, a base de nossa análise é o reconhecimento da existência de características especificamente humanas, que não estão inscritas na genética, e que por isso, não são naturais, mas, sim, produtos da construção histórica, ou seja, necessitam ser aprendidas.

A condição de desnaturalização humana desenvolveu-se pela necessidade de garantia da existência humana. Diferentemente dos outros animais que se adaptam à natureza para garantir a existência, o homem necessita adaptá-la às suas necessidades para garantir a própria existência, ato que explica a essência do trabalho. Nesse sentido, trabalho e atividade educativa são indissociáveis, pois o trabalho é uma ação intencional, adequada a garantia da existência, e, a atividade educativa é “ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (SAVIANI, 2008, p. 12).

Nessa relação entre trabalho e atividade educativa vale reiterar que no capitalismo, a dimensão produtiva do trabalho se sobrepõe a dimensão ontológica, uma vez que na organização produtiva do capitalismo, o trabalho não é tido como princípio educativo, e sim como mecanismo de exploração do homem pelo homem. Na perspectiva de superação das determinações deste modo de produção na educação, Saviani afirma que, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida

histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2008, p. 13.)

De acordo com Saviani (2008, p. 12), a educação é uma categoria de produção do trabalho não-material, pois trata da “produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana”. O autor esclarece que a educação enquanto trabalho não-material diz respeito às atividades em que o produto não se separa do ato de produção, dando como exemplo a relação entre a educação e o ensino, próprios do fenômeno educativo. Ainda de acordo com Saviani, o objeto da educação diz respeito a duas faces: “de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir este objetivo” (SAVIANI, 2008, p.13). Quanto à primeira face, o conteúdo, trata-se de identificar o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório, ou seja, trabalhar com o “clássico”, que, diferentemente do tradicional, é aquilo que se firmou como fundamental para a garantia da humanidade produzida historicamente; e, quanto à segunda face, a forma, trata-se de descobrir os mecanismos mais adequados ao desenvolvimento do trabalho pedagógico para a garantia da elevação teórica da classe trabalhadora.

Os conteúdos são de extrema relevância para a aprendizagem, visto serem instrumentos de participação política da classe trabalhadora. Saviani adverte que sem o domínio dos conteúdos culturais, os membros das camadas populares “[...] não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação” (SAVIANI, 2012, p.55). O autor afirma ser uma condição de libertação “dominar o que os dominantes dominam”.

A escola, enquanto instrumento de manutenção da classe dominante, é palco de um sistema educacional que expulsa a classe trabalhadora da escola, e ou rebaixa a qualidade desta escola, expropriando-lhe o saber e condicionando-a a exploração de sua força de trabalho e manipulação da sua consciência ante a realidade. Saviani alerta que a Pedagogia Histórico-Crítica “foi pensada para ser implementada nas condições da sociedade brasileira atual, na qual predomina a divisão do saber” (SAVIANI, 2012, p.80), ou seja, neste período de transição.

Assim, “é a exigência de apropriação do conhecimento sistematizado por parte das novas gerações que se torna necessária à existência da escola (SAVIANI, 2008,

p.15). Os estudos da Psicologia Histórico-Cultural, articulados à proposta da Pedagogia Histórico-Crítica, abordam a necessidade do reconhecimento do papel da educação escolar no desenvolvimento dos indivíduos quanto aos conteúdos e a forma veiculados por ela, ao tratar do seu objeto de estudo, o psiquismo humano como sistema interfuncional complexo na formação da imagem subjetiva da realidade objetiva.

A formação da imagem subjetiva da realidade objetiva é responsável pela orientação do homem, subjetiva e objetivamente, na realidade concreta. Por isso, Martins (2013) ressalta que não é todo conteúdo ou conhecimento que possibilita o desenvolvimento do psiquismo humano, destacando a relevância da educação escolar “cuja função precípua deve ser a promoção do desenvolvimento dos indivíduos na direção da conquista e da consolidação dos comportamentos complexos culturalmente formados” (MARTINS, 2013, p. 02). Neste sentido, é importante destacar que no trabalho educativo escolar não é qualquer conteúdo e nem qualquer forma de desenvolvê-lo que possibilitará o alcance do objetivo de produzir a humanidade nos indivíduos; é preciso que a escola desenvolva a qualidade da imagem subjetiva da realidade a ser construída, aliada a um projeto de humanização.

No capitalismo, a formação do professor passa pelo desenvolvimento das políticas públicas emanadas das políticas neoliberais com as suas pedagogias do “aprender a aprender” que são, segundo Duarte (2004) apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana, baseadas no construtivismo e no escolanovismo, com o objetivo de produção e reprodução do modo de produção da vida a partir de um trabalho pedagógico esvaziado de sentido para a formação humana e desprovido de proposição histórica de superação.

Nesse sentido, o professor precisa reconhecer o quão essencial é o seu papel dentro da escola, rumo ao projeto histórico de uma sociedade sem classes, mas isso não acontecerá sem o domínio de uma consistente base teórica, ou seja, sem uma teoria revolucionária. Lombardi afirma que “o educador precisa romper com as pedagogias escolares articuladoras dos interesses da burguesia e vincular sua concepção e sua prática a uma perspectiva revolucionária de homem e de mundo” (LOMBARDI, 2013, p.14).

A exploração capitalista em terras *brasilis* surge da extração das riquezas naturais brasileiras pelos portugueses para fins comerciais no mercado da Europa do século XVI. Esse processo intensificou-se ao longo de mais de 500 anos de história do

Brasil, acrescentando exploradores de outras nacionalidades, e também com a implementação da Lei nº 601, de 1850, que “regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2011, p.23).

A luta da população do campo pela terra, a partir da Reforma Agrária, está relacionada à garantia de mecanismos de produção e reprodução da vida no campo, para que se evite a continuidade da expulsão em massa da população do campo para a cidade. Taffarel (2013, p. 48) evidencia a “inexistência e/ou insuficiência de políticas públicas, econômicas e sociais no campo que beneficiem o contingente de trabalhadores rurais, os camponeses, que vivem efetivamente do trabalho do campo”.

De acordo com Saviani (2013, p. 08), a subordinação do campo à cidade e da agricultura à indústria é uma tendência do desenvolvimento histórico e que se expressa na crescente urbanização do campo e industrialização da agricultura.

Considerando o desenvolvimento da humanidade a partir da relação cidade-campo, constatamos que na Antiguidade os homens viviam na cidade, mas a subsistência provinha do campo; na Idade Média, os homens passaram a viver no campo e do campo; e na Época Moderna, passaram a viver na cidade e da cidade, explorando e exaurindo os recursos do campo sem a devida responsabilidade pelo mesmo. Na sociedade contemporânea, a relação cidade-campo é marcada pelo processo crescente de urbanização do campo e industrialização da agricultura e é nesse contexto que a escola se constitui na forma principal e dominante de educação (SAVIANI, 2013, p. 06).

É justamente esse movimento histórico de dominação da cidade em relação ao campo, direcionado pelo modo de produção capitalista, que a “Escola da Terra” UFBA foi elaborada a partir de uma base científica capaz de habilitar os professores a construir um projeto superador de educação no campo, visto que “tem-se observado que os elementos metodológicos presentes em documentos oficiais para a Educação do Campo são de base neoliberal, escolanovista e construtivista, o que requer uma profunda reorganização para a Educação do Campo de qualidade” [...] (MARSIGLIA e MARTINS, 2014, p. 177).

A “Escola da Terra” UFBA, trata a formação a partir dos elementos da teoria Pedagógica Histórico-Crítica buscando enfrentar um dos problemas centrais da Educação do Campo no Brasil – e intensificado nas regiões Norte e Nordeste -, que é a

baixa escolaridade dos professores, fortalecendo a construção de um projeto de educação no campo de acordo com os interesses dos trabalhadores do campo.

O Curso foi estruturado considerando parâmetros teórico-metodológicos do Materialismo-Histórico-Dialético, da teoria Psicológica Histórico-Cultural, e da Pedagogia Histórico-Crítica. É uma alternativa que desponta da crítica à realidade das escolas no campo, às tendências idealistas da Educação e, à atual organização do trabalho pedagógico da escola no campo, buscando avanços na base teórica de formulação e intervenção dos professores na sua implementação em escolas e na formação de formadores para a Educação no Campo.

Em 2014 foi implementada a “Escola da Terra” na Bahia atendendo 709 professores de 6 municípios, organizados em 6 polos de formação: Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Xique-Xique. Na 2ª edição (2015-2016), foram atendidos cerca de 710 professores de 17 municípios, distribuídos em 4 polos de formação: Serrinha, Paulo Afonso, Monte Santo e Senhor do Bonfim. A 3ª edição, em vigência (2016-2017), atende 292 professores de 19 municípios em 3 polos de formação: Amargosa, Cachoeira e Gandu³. Estes dados totalizam 42 municípios organizados em 13 polos e 1.711 professores formados/em formação.

O Curso foi organizado na modalidade de alternância (semipresencial), com Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). Quatro módulos sequenciados com 16 horas presenciais, o denominado TU, e 34 horas semipresenciais, denominado de TC. No TU as aulas foram ministradas por um Professor Formador e no TC, os professores cursistas foram assistidos por um Professor denominado de Assessor Pedagógico.⁴

Ressalta-se que a formação⁵ de Professores Formadores e Assessores Pedagógicos foi desenvolvida na sede da UFBA, em 4 etapas que antecedem os TU nos polos de formação.

³ Na chamada acerca da adesão à Ação Escola da Terra na Bahia, foram aproximadamente 13mil professores interessados, contudo, pelos constantes contingenciamentos do financiamento, a UFBA pôde atender em escala decrescente em torno de 1700 professores. Submeteu no início de maio/2017 o projeto para a “Escola da Terra 4” junto ao Governo Federal.

⁴ Em cada polo formador, foram organizadas diferentes turmas de professores cursistas para cada formador no Tempo Universidade. Cada turma desta, organizada em grupos a partir dos municípios, sob responsabilidade de um professor na condição de assessor pedagógico para o Tempo Comunidade.

⁵ Esta formação contou/conta com os professores Ana Carolina Marsiglia Galvão, Dermeval Saviani, Ligia Marcia Martins, e, Newton Duarte, na condição de convidado ou professor conteudista.

A cada TU corresponde um TC formando um módulo. Assim, em cada módulo buscou-se articular o conhecimento necessário a partir da problematização, da análise dos fundamentos, das possibilidades epistemológicas, e das proposições superadoras. Os módulos foram desenvolvidos através de momentos expositivos e consequente aprofundamento dos estudos em grupos a partir de questões comuns com posterior apresentação e discussão das sínteses no TU coordenado pelo professor formador, e no TC, desenvolveu-se estudos recapitulando o conteúdo do TU anterior e estudando o conteúdo do TU posterior coordenado pelo assessor pedagógico discutindo a alteração da prática pedagógica de cada envolvido a partir dos novos conhecimentos propiciados a partir da abordagem teórica promovida pela formação da “Escola da Terra”.

Os módulos foram articulados em torno de 4 sistemas de complexos: i) O Modo de produção da vida e o trabalho como princípio educativo; ii) A ontologia do ser social, o desenvolvimento humano, a teoria do conhecimento e as aprendizagens sob responsabilidade da escola; iii) A organização do trabalho pedagógico, o currículo, projetos, programas segundo um programa de vida; iv) As políticas públicas educacionais que organizam a rede de ensino, as escolas e a sala de aula na perspectiva da emancipação humana.

No primeiro módulo estudou-se os fundamentos sobre Modo de Produção, do trabalho em geral ao trabalho pedagógico como princípio educativo. Os professores trataram quatro eixos fundamentais: a Concepção de Educação do Campo; Projeto Político Pedagógico da escola no campo, Organização do Trabalho Pedagógico e Currículo para as Escolas no Campo e o Financiamento das escolas no campo.

O segundo módulo tratou do desenvolvimento do psiquismo e sua relação com a Educação Escolar. As dimensões a serem desenvolvidas da personalidade das crianças. A ontologia do ser social, a teoria do conhecimento e do processo ensino-aprendizagem foram tratadas juntamente com a função social da escola, como meio de acesso aos produtos culturais das diferentes áreas do conhecimento.

No terceiro módulo desenvolveram-se os fundamentos e bases do processo de alfabetização e letramento das crianças na multisseriação, tendo como eixo as concepções de desenvolvimento e aprendizagem advindos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica.

No Quarto módulo foi recuperado o percurso de todo estudo no curso até então bem como aprofundou-se no estudo acerca do desenvolvimento do pensamento.

As orientações no TU subsidiaram a elaboração de relatórios técnico-científicos versando sobre a Pedagogia Histórico-Crítica e o projeto de intervenção na escola com esta base teórica, a serem entregues, segundo normas técnicas, como requisito para conclusão do curso em nível de especialização.

Em síntese, buscou-se a elevação teórica na formação continuada dos professores do Estado da Bahia, que atuam nas classes multisseriadas, nas Escolas do Campo, tratando de conteúdos sobre modo de produção, função social da escola, teorias que explicam o processo de ensino-aprendizagem e organização do trabalho pedagógico em classes multisseriadas.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Da experiência concreta da “Escola da Terra” na UFBA com o Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em “Pedagogia Histórico-Crítica para as Escolas do Campo”, destacamos avanços relevantes à formação de professores das classes multisseriadas no campo. Esses avanços são explicitados nos depoimentos e intervenções feitas pelos professores cursistas no TU, expressos nos relatórios dos professores formadores e do apoio técnico-pedagógico do curso.

Um dos depoimentos recorrentes é de que a consistente base teórica, assegurada nas exposições teóricas do TU, nas indicações das leituras dos referenciais bibliográficos utilizados e nas orientações para o TC permitiram avanços na compreensão, explicação e capacidade de proposição na escola, para o trabalho pedagógico, dos participantes das três edições do Curso.

Outro depoimento recorrente é que a unidade teórico-metodológica assegurada no trato com os conteúdos abordados no curso, com base em bibliografia disponibilizada, asseguraram que fosse possível avançar na capacidade explicativa sobre teoria educacional e pedagógica para as escolas no campo.

Reconhece-se que nesse trabalho de formação muitos são os limites e desafios⁶, que materializam a luta de classes, dentre os quais destacamos a falta de recursos

⁶ Em 2016 a UFBA apresentou a 3ª edição do Curso de Aperfeiçoamento em Pedagogia Histórico-Crítica para as Escolas do Campo, da ação Escola da Terra/ PRONACAMPO, todavia, ocorreu neste ínterim, golpe no Governo e consequente alteração no quadro gestor do MEC. Os responsáveis pelo Setor de Planejamento e Orçamento da SECADI foram orientados a aguardar novas deliberações superiores, não sendo possível continuar a tramitação. Logo, os recursos não foram liberados nas datas previstas devido ao profundo contingenciamento orçamentário para execução. Isso, demonstra claramente os avanços de forças destrutivas, que retiram direitos dos trabalhadores e impõem retrocessos sociais!

materiais necessários ao desenvolvimento do projeto em condições propostas inicialmente, limite de tempo para apropriação do conhecimento teórico pelos formadores, assessores pedagógicos e professores cursistas, reduzindo a possibilidade de um estudo mais aprofundado, e resistência por parte de alguns professores cursistas, principalmente gestores municipais à base teórica a qual embasa o projeto do curso de formação.

A elevação da capacidade teórica dos cursistas está, de fato, acontecendo a partir do que é mais avançado enquanto produção de conhecimento em Educação, (Pedagogia Histórico-Crítica), Psicologia (Psicologia Histórico-Cultural) e processo histórico (Concepção Materialista e Dialética da História), teorias que comungam com o entendimento de que o homem é resultado de seus atos e que seu desenvolvimento é um processo histórico.

Portanto, a “Escola da Terra” embora imbricado nos limites da execução de uma proposta pedagógica revolucionária frente às determinações do modo de produção capitalista, coloca a história em movimento rumo a um novo projeto de educação, de sociedade e de vida no campo, que não se restringe só ao campo, mas sim, à humanidade como um todo a partir da execução de uma política pública.

Defendemos, por fim, que a “Escola da Terra” na UFBA a partir do Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em Pedagogia Histórico-Crítica tenha continuidade, em novas edições, aperfeiçoadas, a partir da crítica, ao que já foi realizado. Isto porque em sua execução disputam-se recursos públicos, rumos na formação humana e, em última instância, o projeto histórico para além do capital, o projeto histórico socialista.

REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC/SECADI. Manual da Escola da Terra. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Etnico-Raciais/Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo. Brasil: DF, 2014.

DUARTE, Newton. **Fundamentos da Pedagogia histórico-crítica: a formação do ser humano na sociedade comunista com referência para a educação contemporânea.** In: MARSÍGLIA. Ana Carolina Galvão (Org.). Pedagogia Histórico-Crítica: 30 anos. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender” Crítica as aproximações neoliberais e pós-modernas da teoria vigostskiana.** 3ª Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

LOMBARDI, José Claudinei. **Notas sobre a educação da infância numa perspectiva marxista**. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (Org.). *Infância e pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARSIGLIA, A. C. G. e MARTINS, L. M. **Contribuições gerais para o trabalho pedagógico em salas multisseriadas**. In: *Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP*, v. 25, n. 1, p. 176-192, jan./abr. 2014.

MARTINS, Lígia Marcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a Educação Escolar: Contribuições à luz da psicologia cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia Histórico-Crítica na Educação do Campo**. In: III Seminário Nacional de Pesquisas sobre Educação do Campo. UFSCar, 2013.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500/ 1960**, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TAFFAREL, Celi *et al.* **Círculos de estudos, esporte, lazer e artes com a juventude em áreas de reforma agrária**. *Revista Pedagógica*. V. 15, n. 3, jul/dez. 2013.